

As micropátrias do interior português*

PÁTRIA

O conceito de *pátria* é porventura um daqueles que, em geral, não necessitam de ser definidos: a sua utilização resulta sobretudo da associação volitiva entre uma realidade material (terra, origem, país) e o assumir convencional de uma opção subjectiva e valorativa que pretende de algum modo sublimar e enaltecer aquela realidade. A maiúscula com que frequentemente se inicia a palavra reforça o seu sentido transcendente; na oratória, o mesmo carácter metafísico e intenção majorante são expressos na inflexão e no tom, no gesto e na atitude grandiloquente.

Porém, outra utilização do conceito de pátria poderá resultar ambígua ou deslocada, quando se afaste da definição mais corrente ou do consenso comum, havendo o risco de ser tomado como correspondendo a um sentido impróprio ou metafórico. Tal não acontece, no entanto, no quadro do presente trabalho: a noção de «micropátria» que se utiliza pretende fazê-lo em sentido próprio, no qual o qualificativo dimensional não entende minorizar o alcance do conceito, mas tão-só o abrangimento geográfico.

Em português, *pátria* denota, em síntese, uma identificação com o território pátrio ou terra dos pais (*Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 1973, vol. 14, p. 1464); ou, mais simplesmente, a terra em que alguém nasceu (Faria, 1853, p. 124). País natal, significando quase exactamente o mesmo, designa igualmente «a região onde nascemos» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIX, 1970, p. 980). Apesar de vizinho em sentido comum, o termo *nação* distingue-se do de *pátria* por uma vinculação mais estreita do primeiro à comunidade humana e do segundo ao território a que respeita; e, embora ambos assumam uma dimensão de intemporalidade, esta repousa em raiz de herança cultural e política para a nação e de ancestralidade e de origem comum para a pátria.

Uma digressão por outras línguas (postulando embora a impossibilidade de traduzir o intraduzível) oferece algumas pistas de orientação.

Em alemão, *Vaterland* é etimologicamente equivalente à *pátria* dos Portugueses; para ambos os povos, o conceito mais lato abrange a totalidade do espaço nacional/cultural, sem que a descrição restritiva seja, por essa razão, desadequada.

Para os Franceses, a *patrie* advém do conceito de colectividade territorial, transportado desde a antiguidade até aos nossos dias; hoje mais iden-

* Este artigo apresenta resultados parcelares de um projecto de investigação em curso subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

tificado com a ideia de Estado-Nação do que com os anteriores significados de dimensão geográfica mais restrita, para os quais predomina a designação de *pays* (*Encyclopaedia Universalis*, vol. II, 1980, pp. 566-577). Note-se que, em Portugal, o termo etimologicamente homólogo («país») nunca desce a essa dimensão subnacional, para a qual existe o sucedâneo *terra*.

Já no caso espanhol, que mais vizinho poderia ser de nós em termos de contiguidade semântica, *pátria* significa lugar, cidade ou país em que se nasceu (*Enciclopédia Universal Ilustrada*, 1920, p. 810): a dimensão local e regional é plenamente assumida, sendo nesse aspecto totalmente equivalente ao que é, para os Portugueses, *a minha terra*.

Em inglês, não existindo o equivalente de *pátria*, substituem-no os termos *country* e *land*, ambos com distinta conotação territorial, tanto de pequena como de nacional dimensão; mais perto de nós, *land* refere-se tanto à terra de origem de alguém, como ao solo de campo onde os pés assentam e as árvores se implantam.

Em qualquer caso, porém, a noção de *pátria* ou de *terra* só ganha significado real quando é da 1.ª pessoa o possessivo: é mais objectivo e próprio falar da minha ou da nossa terra (ou pátria) do que na de outrem, devido à intensa osmose afectiva com que a ancestralidade e a geografia saturam estas palavras.

Neste texto, *micropátrias* são, afinal, as terras a que cada um chama suas; ou, citando Pacúvio, *Patria est ubicumque est bene*.

CONTRADIÇÕES

Existe na mentalidade tradicional dos Portugueses algo de profundamente contraditório no que respeita à sua ligação afectiva com a terra de nascimento. Aparentemente, desligam-se dela com facilidade, não hesitando em emigrar, tanto para 200 como para 20 000 quilómetros de distância, pouco preocupados com a adopção de uma nova profissão, com o encontro de outros hábitos e, possivelmente, de outra língua, com a instalação numa nova residência de localização totalmente desconhecida *a priori*. E, no entanto, quando partem, já levam a ideia de regressar, de reatar os laços criados desde o nascimento, por muito longa que seja a separação e muito profundo o corte com o país (M. B. Rocha-Trindade, 1983).

A humildade (por vezes crítica) com que falam da sua terra e a abertura que revelam em relação a estranhos e a estrangeiros não são incompatíveis com um apego às suas origens, mais demonstrado por actos do que expresso em palavras: a modéstia tem tendência a sobrepor-se ao orgulho.

Em todo o processo migratório que, ao longo de séculos, mostrou partidas de portugueses, afastando-os dos locais onde nasceram, se observa também a multiplicidade das afirmações do desejo de regressar, das expressões de interacção forte com as raízes, mesmo quando o correspondente regresso é mais transitório do que definitivo, ou mais platónico do que consumado.

Ora estas reflexões aplicam-se tanto às muito conspícuas migrações internacionais dos Portugueses como ao caso, menos espectacular, das suas migrações internas, do campo para outro campo, ou do campo para a cidade. Migrações discretas no passado como no presente, pela diluição

no tempo e fragmentação no espaço; raramente dando origem a agitação ou crise social, dado o seu frequente enquadramento em redes familiares de solidariedade.

Apenas se tornaram visíveis os efeitos das migrações internas, despertando a atenção de autoridades civis, em dois casos de diferente época e contexto: as migrações maciças de trabalho sazonal ou temporário, em resposta a descontinuidades de oferta e procura de mão-de-obra agrícola, que motivaram o interesse de escritores na primeira metade deste século (Alves Redol, 1938 e 1942; Orlando Ribeiro, 1941; J. da Silva Picão, 1947); e o caso, ainda infelizmente actual, dos bairros de alojamentos precários que crescem espontaneamente na periferia das grandes cidades. A visibilidade de um e de outro dos exemplos citados resulta apenas de situações de concentração, respectivamente no tempo e no espaço, de migrantes internos com situação profissional ou residencial não estabilizada.

À parte estas excepções, a migração interna dos Portugueses é um fenómeno pouco aparente, para não dizer invisível; e, embora muitos desses movimentos de populações obedeçam ao padrão geral das partidas do interior para o litoral e do campo para a cidade (que em Portugal se traduzem por uma procura das regiões mais desenvolvidas), todas essas correntes são geograficamente distintas e também possuidoras de uma caracterização própria, cultural e socialmente diferenciada.

Uma destas migrações, particularmente importante durante os últimos cem anos, é a que liga um conjunto de povoações da Zona do Pinhal, situada no exacto centro do País, à capital. Perfeitamente estabilizada na época actual, essa corrente demográfica acarretou consequências positivas para a sobrevivência e para um certo desenvolvimento dessas povoações, através de um mecanismo associativo peculiar pela sua generalidade, geradora de forte motivação, cujos resultados e características a seguir se apresentam.

GEOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO

Tome-se uma região com uma orografia de múltiplas montanhas, com pluviosidade fraca e pequena profundidade de solo arável; seja ela situada a 200 quilómetros do litoral e com as ligações com o *hinterland* cortadas pelo maior maciço montanhoso português (cordilheira Central); daí resulta o perfil de uma zona de muito difícil acesso, com vocação agrícola quase nula e quase completamente vazia de motivos óbvios de fixação.

De tudo isso resulta uma fraca densidade populacional, com os respectivos aglomerados distanciados uns dos outros, embora de povoamento concentrado em cada um deles, como é característico da arquitectura de montanha (F. Keil do Amaral *et al.*, 1980).

A pequena percentagem de terrenos com vocação agrícola, situada no fundo dos vales, defendidos da erosão e beneficiados pelo escorrer das águas, limita a dimensão economicamente possível de cada povoação, condicionando a agricultura a uma função de mera subsistência. A excepção ao regime de minifúndio é constituída pela cultura florestal, sobretudo traduzida por pinhais; porém, até essa riqueza (mais decorrente da sua imensa área do que do rendimento específico por hectare de floresta) se tem vindo a ver progressivamente comprometida pelos incêndios anuais, fruto dos

calores do Verão ou de acções criminosas determinadas pela procura de lucros a prazo imediato¹.

De qualquer modo, a dispersão e o subdesenvolvimento são as características mais óbvias das povoações da Zona do Pinhal; e não é de estranhar que as soluções encontradas para o seu futuro se dividam entre o despovoamento por migração e a posição mais combativa de lutar pela ruptura do isolamento. Quando a migração é interna, é mais fácil a manutenção dos contactos com a terra por parte daqueles que partiram; e o desejo de melhorar e tornar mais frequente essa interacção mobiliza igualmente o esforço de aproximação entre cidade e campo, por meio da criação de novas vias de acesso e de comunicação.

PEDES INDUCERE

Sempre que as recordações do passado afloram, sobretudo quando convivem velhas e novas gerações dos habitantes da zona, o *leitmotiv* inevitável é o *andar a pé*. As idas à aldeia vizinha, à courela mais distante, ao mercado semanal na vila, ou, em mais raras deslocações, à sede autárquica, traduziam-se em horas — quando não em dias — de jornada a pé. Na verdade, nem todos os carreiros pedestres permitiam a passagem dos carros de besta; bens, mercadorias ou produtos da terra eram carregados a dorso masculino ou à cabeça das mulheres.

Esta ainda actual penúria de vias de comunicação não é o resultado do aumento secular e natural das exigências de qualidade de vida (que fazem desejar a transformação do macadame em alcatroado, da estrada municipal em estrada nacional e desta em via rápida ou auto-estrada), mas antes de uma situação de carência *absoluta* e de raiz imemorial. Na realidade, não há diferenças de monta, para a zona do pinhal, entre o vazio viário que já se observava há dois milénios, ao tempo da ocupação romana da Península Ibérica, e o relativo vácuo que ainda hoje aí se observa (J. Alarcão, 1983; Comissão de Coordenação da Região Centro, 1983, mapas I e II).

O espectro permanente do isolamento e do «andar a pé» mantém-se vivo na memória das gentes da serra; todo o ciclo da vida oferece ocasiões e situações que lembram incomodidades ou tragédias.

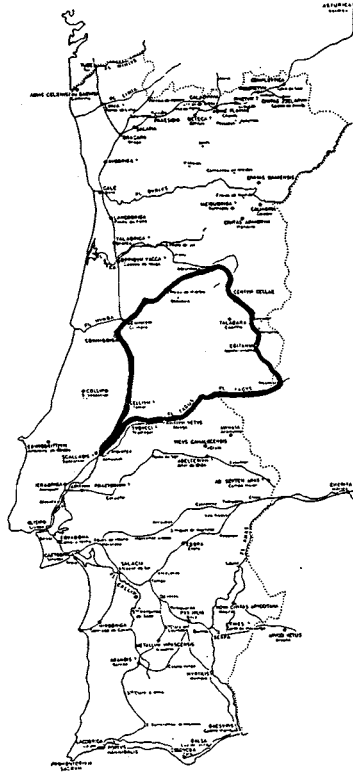
A partida para o trabalho agrícola, de noite fechada, para que a tarefa de sol a sol pudesse ser cumprida; o transporte de compras com natureza e volume excepcionais, destinadas à boda de casamento; o enterro, onde o suor do esforço no vencer das encostas e das distâncias se somava ao incómodo do traje de cerimónia e ao desgosto da ocasião; a ansiedade na doença, no acidente ou no parto difícil, pela demora da marcha para ir buscar e trazer auxílio de localidades distantes; e as longas jornadas para acompanhar uma família em partida para muito longe, para novo emprego, para serviço militar ou, raramente, para ir estudar².

Está, por conseguinte, totalmente justificada a importância que se atribui, naquela região, à abertura de novas estradas; e não se estranha que

¹ Como exemplo, a área afectada pelos incêndios florestais no Agrupamento dos concelhos de Arganil, a norte da Zona do Pinhal, representa 51% da sua superfície total.

² Os estudos dos jovens da região eram com frequência realizados num seminário, juntando os benefícios da gratuidade da educação ao prestígio da função futura.

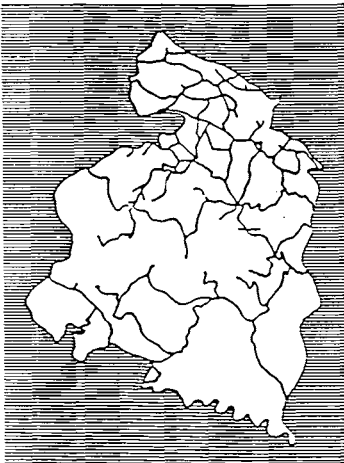
[MAPA I]
Portugal romano: vias de comunicação



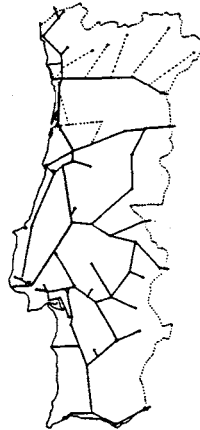
Fonte: Jorge Alarcão, 1983

[MAPA II]
Portugal actual

Rede rodoviária do Agrupamento de Arganil



Caminhos-de-ferro



Fonte: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1983

fosse essa a grande meta estratégica que motivou a criação de um movimento associativo que, pela sua densidade de implantação, continuidade e especificidade de objectivos, o distingue claramente dos de qualquer outra região portuguesa (J. Dias Pereira, 1947).

Só nesta região do País a motivação e a própria designação da maioria das mais pequenas unidades associativas referem expressamente a noção de «melhoramento» ou de «progresso», mais do que qualquer outro interesse colectivo; e os correspondentes objectivos são, para essa dimensão, essencialmente locais, distinguindo-se cada associação de todas as outras pela procura das respostas para as suas carências específicas. No entanto, a dinamização desse movimento associativo passou pela fragmentação prévia da comunidade por via da migração interna e pela consolidação das interações entre as suas partes separadas³.

AS MICROPÁTRIAS

A escassez de recursos e o isolamento geográfico são factores que naturalmente conduzem à migração. Para garantir ou para ultrapassar o simples nível de sobrevivência básica não basta um pequeno alargamento do círculo físico onde a actividade se desenvolve, uma vez que a dificuldade das comunicações apenas compromete ainda mais essa luta pela vida quotidiana, em vez de proporcionar novos potenciais de melhoria. A consciência da necessidade de romper a escassez e de quebrar o isolamento obriga a um salto quantitativo de maior dimensão, a uma ruptura com soluções vizinhas ou afins. A tendência é para criar uma descontinuidade maior, uma rejeição mais drástica do ambiente e da vivência anteriores: emigra-se preferencialmente para a capital distante ou para o estrangeiro, mais do que para a vila ou para a cidade próxima.

Lisboa acolheu desde o século XIX grande número de habitantes da Zona do Pinhal, em actividades e profissões diversas, num processo lento, mas continuado, de partidas, sucessivamente mais bem organizadas através dos fios condutores de familiares e conterrâneos já instalados na região da capital. O fenómeno da tendência à concentração dos deslocados da mesma origem, característico da maioria dos processos migratórios, fez criar novos pólos homólogos das aldeias, agora caracterizados também por especificidades de ocupação (M. B. Rocha-Trindade, 1986-b, pp. 326-327). Para cada grupo, a estabilização num dado ramo profissional podia ser viabilizada por um único sucesso individual, que logo atraía conterrâneos para o desenvolvimento e expansão dessa actividade.

Tratando-se, em grande parte dos casos, de um despovoamento parcial, e não de um abandono total das aldeias, tornou-se inevitável o estabe-

³ Poderia ser tomada como paradigma a Sociedade de Melhoramentos da Freguesia de Pomares (concelho de Arganil), que explicita a ideia acima apresentada.

Fundada em 1920 e tendo como principal preocupação a realização de *melhoramentos* na freguesia, considerados estes necessidades básicas, vai-se desagregando a partir da independência das comissões das várias povoações que a integravam.

A preocupação dominante das comissões resultantes evidencia-se nas respectivas designações: chamam-se por este nome as Comissões de Melhoramentos de Sobral Gordo (1945), de Sorgaçosa (1947), do Agroal (1951), de Porto Silvado (1952), de Sobral Magro (1952), de Soito da Ruiva (1953), da Foz da Moura (1954), do Vale do Torno (1955). Apenas três outras fogem ao padrão: a *União Progressiva* das Corgas (1959), a *Liga dos Amigos* da Barroja (1965) e o *Grupo de Amigos* do Barrigueiro (1983).

lecimento de ligações fortes, dipolares, entre o núcleo emigrado e o dos remanescentes; este facto, em vez de enfraquecer, mais reforçou a consciência de uma pertença original, sublimada em particular por quem se sente estranho numa terra estranha. A aldeia distante torna-se ponto de referência emocional, ganhando uma representação imaginária que a identifique e caracterize, por via da adopção de um conjunto de símbolos distintivos.

Conceberam-se emblemas e inventaram-se divisas, constituintes de base de uma heráldica popular, aplicada em estandartes e bandeiras; «nobilitaram-se» as personalidades dos naturais que se ilustraram em plano local ou nacional; criaram-se encómios diferenciados que sobrelevam cada lugar em relação a todos os outros, numa afirmação competitiva de identidades e de pertenças específicas; aos líderes, *primus inter pares*, foi confiada a função de representação exterior.

Reuniram-se assim as condições, tanto afectivas como materiais, no plano interno como no da relação externa, para que cada terra se torne, aos olhos de residentes e de emigrados, na sua pequena, mas inconfundível, pátria.

Não é relevante alguma artificialidade que exista nesta «fabricação» de uma identidade distintiva (Guy Barbichon, 1980, pp. 125-126), veículo de unidade e de coesão endógena, de afirmação e de competição fora desse círculo; o que é pertinente é o seu potencial operativo e a efectiva tendência para que se instituassem todas essas diferentes identidades.

REPRESENTAÇÕES «DIPLOMÁTICAS»

A eficácia das primeiras comissões e ligas de melhoramentos, julgada objectivamente à luz dos resultados alcançados (criação de uma força unificadora de populações; desenvolvimento de solidariedades sociais; mobilização de recursos e de influências; alcance de melhoramentos concretos), conduziu à sua proliferação, por via de dissociação das existentes e da criação de novas agremiações.

Com sucesso variável, consoante a real exequibilidade dos objectivos e as qualidades de liderança mobilizadora de participações empenhadas e continuadas, todos esses nódulos associativos se interligaram em redes de malhas locais, ao nível da freguesia e dos seus lugares, ao nível concelhio ou, finalmente, regional. Mantendo cada um dos nós da rede a sua individualidade de objectivos, em que a importância do interesse localizado se sobrepõe em geral a interesses mais latos (mas frequentemente menos directos ou mais despersonalizados), as unidades independentes de pequena dimensão nem por isso rejeitam a federação que as fortaleça em números, em áreas de cobertura e em peso de influência.

Deste modo, cada colectivo afirma a sua personalidade e existência próprias, obrigando-se a «aparecer» institucionalmente em todas as actividades dos congéneres, tenham elas importância e dimensão idêntica ou superiormente abrangente.

Criou-se assim o hábito da representação sistemática de cada colectividade nas actividades de outras comissões, federações ou casas regionais; sem esquecer idêntica presença nos actos oficiais do poder local ou regional formalmente instituído. Estes «embaixadores» apresentam-se nessas actividades em representação do seu grupo, esperam ser identificados e reconhe-

cidos pelos organizadores da manifestação e assinalam de modo público a sua efectiva presença, por meio de discursos, de bandeiras, de oferendas explicitamente identificadas.

As regras do jogo desta função de representação diplomática são aceites na generalidade, vigorando a norma da presença socialmente obrigatória (só violada em caso de impossibilidade justificada em mensagem escrita, por carta ou telegrama); a norma do reconhecimento dessa presença por citação expressa dos anfitriões; a norma da atribuição de qualidade institucional que obriga a reservar espaço físico destacado e privilegiado para o corpo dos representantes (na capela-mor, em cerimónias religiosas; em torno do estrado ou da tribuna, em actos públicos solenes; em mesa própria, nos banquetes, em desfiles ou procissões).

Nas épocas em que as actividades associativas são particularmente frequentes, como nos meses de Verão e nas grandes festividades anuais⁴, o esforço para garantir uma representação sistemática pode tornar-se quase impossível de assegurar, obrigando a deslocações constantes, a banquetes seguidos ou sobrepostos, que levam a uma calendarização rigorosa; e isto tanto mais quanto mais singularmente prestigiada seja uma personalidade dirigente, pois que a sua ausência se poderia tornar notada e ser interpretada como uma manifestação de falta de interesse ou de consideração.

Para as colectividades de dimensão mais modesta, a representação pode constituir um encargo financeiro excessivamente pesado; mas tal é considerado como um investimento justificado, embora incómodo, já que o princípio da reciprocidade conduzirá ao abrilhantar das suas próprias iniciativas, que contarão automaticamente com a presença prestigiosa de um número considerável de representantes.

As ocasiões em que esta relação diplomática se exerce ocorrem menos em simples alturas de convívio informal do que em situação mais solene, em que são outras as finalidades visadas. Na realidade, os objectivos das associações do tipo anteriormente descrito são assegurados através de duas vias distintas: a criação de algum tipo de pressão que conduza a obter, por parte de autoridades nacionais ou regionais, a realização ou o financiamento dos melhoramentos locais ambicionados; ou a reunião de recursos internos capazes de assegurar, pelo menos em parte, essas realizações.

Em qualquer dos casos, o veículo de aproximação típico é a celebração de actos públicos: num caso, para assegurar a presença daqueles de quem depende a decisão; no outro, quando o potencial económico dos membros mais destacados da comunidade o torne possível, para, através de mecanismos de competitividade social como a organização de listas de dádivas e de leilões, conseguir uma recolha de fundos de dimensão significativa.

PRESENCAS INEVITÁVEIS

A maioria das actividades associativas com projecção pública exige, por hábito ou por claro interesse, um certo número de presenças destacadas, que podem não pertencer directamente ao meio das colectividades. A presença mais desejada é a de um membro do Governo Português, ou

⁴ Esta repartição anual é devida à necessidade de poder contar com os habitantes da capital, com menor disponibilidade geral que os do campo. Idêntico tipo de participação é assinalado por Gérard Collomb, 1980, p. 188.

de quem expressamente o represente, com um duplo objectivo: o do prestígio imediato para aqueles a quem essa deferência obsequiou e distinguiu; a oportunidade de apresentar de viva voz uma pretensão colectiva, na esperança de ser ela devidamente encaminhada e mais prontamente atendida.

Dada a improbabilidade de conseguir uma tal presença em actividades de pequena dimensão, constituem sucedâneos naturais outras autoridades oficiais de menor peso, desde o governador civil do distrito e um presidente de município até um quadro superior da autarquia ou dos serviços regionais. No plano do poder espiritual, a presença da hierarquia da igreja católica é particularmente apreciada.

Sem função institucional relevante, mas pessoalmente significativa, é a participação de personalidades com muito relevo na vida nacional, quando a sua conterraneidade as associe naturalmente à manifestação: intelectuais, universitários, juristas, políticos, dirigentes nacionais e outros ilustres «filhos da terra».

Noutra categoria se situam aqueles que ajudam a projectar a imagem da colectividade para o exterior, ou a dar brilho e animação à festividade: o fotógrafo, os músicos e os artistas; os leiloeiros capazes de dinamizar a assistência e tornar rendíveis as licitações; o jornalista regional que, em crónicas semanais, relatará factos e presenças que julgue de relevar.

AS GRANDES IDEIAS AGLUTINADORAS

Ao mesmo tempo que se desenvolve o movimento associativo local, com características dipolares, pela intervenção dinamizadora dos núcleos residentes na capital, desenvolve-se nesta um associativismo de maior dimensão radial, com âmbito concelhio ou regional. Os objectivos confessos não divergem dos anteriores, baseando-se nas ideias de unidade e convívio, de solidariedade mutualista e de luta pelos interesses comuns da região.

As grandes ideias aglutinadoras referem-se (por necessidade intrínseca) a aspirações consensualmente sentidas ou aceites: o desenvolvimento económico e social, a abertura de novas comunicações ferroviárias e rodoviárias, a extensão da rede telefónica, o abastecimento público de água, a electrificação rural⁵. Em resumo, embora numa escala diferente, os mesmos objectivos materiais das comissões de melhoramentos das aldeias.

No plano dos interesses espirituais procura-se a afirmação, no âmbito citadino ou nacional, dos valores e traços culturais das gentes da serra; e a mobilização agregadora e unificadora de todos os associados.

Para isso desenvolveu-se um discurso próprio, ornado de substantivos denotadores de pertença específica ou carregados de potencial motivador: Beira, serra, pinhal, a nossa terra; convívio, solidariedade, ajuda; bairrismo, conterraneidade, regionalismo.

⁵ Na primeira metade deste século, a grande ambição era a passagem da linha do caminho-de-ferro por uma das sedes de concelho (Arganil), ideia que mobilizou (sem resultado) grandes manifestações públicas na capital. Hoje em dia, a ideia de recuperação das florestas destruídas pelo fogo é talvez o maior dos objectivos presentes; as ambições futuras viram-se para o desenvolvimento do turismo rural.

Quase em jeito de síntese do que se afirmou, eis a letra do hino do Grémio Regionalista da Comarca de Arganil (M. Pereira Ramos, 1930):

Como soberba conquista,
Surge, após esforços mil,
O Grémio Regionalista
Da Comarca de Arganil

Eis chega a hora, patrícios,
De provar vosso bairrismo,
Difundindo os benefícios
Que traz o regionalismo.

Lembraí-vos que é lá na serra,
No val', no monte ou colina,
Onde fica a nossa terra,
Que nos prende e nos domina!

Certo a guardais, desde a infância,
No peito como em crisol!...
Lá as flor's têm mais fragância
E mais oiro a luz do Sol.

Refrão

Se acaso nossos avós
Legaram a todos nós
As suas maneiras rudes,
Também nossos corações
Herdaram desses beirões
As mais formosas virtudes!

Regionalismo é uma expressão-chave, que para as gentes da serra apresenta um significado último e perfeito. Um dos maiores elogios que se podem fazer a um dos naturais desta zona geográfica é o de ser um regionalista, sendo esse o atributo que, em placas toponímicas, monumentos e lápides parietais, aparece associado aos grandes nomes que se pretende homenagear⁶.

Para esta região do País, o regionalismo não se apresenta com intenções autonomistas; pelo contrário, o frequente apelo aos valores de âmbito nacional⁷ faz-lhe assumir uma vocação expressamente patriótica, reveladora de uma compreensão instintiva do escalonamento hierarquizado de interesses, desde o nacional ao puramente local.

Na realidade, não existe contradição ou oposição entre os dois níveis de pertença geográfica — social-cultural: predominantemente no campo, mas sem exclusão das cidades, existem identidades culturais reconhecidas e assumidas, tanto ao nível do habitante de um país, como ao do natural de um concelho, freguesia ou lugar. Na convivência que se exerce entre Portugueses ressaltam mais as especificidades de local ou região do que o comum denominador de membro de um Estado-nação; este último só adquire relevância em situação de contraste com o colectivo dos *outros*, isto é, em contexto de migração internacional.

No interior do País, o «diálogo» eu/outro enquadra-se melhor em referências de identidade local, mais adequadas à detecção de comunidade afectiva ou de conflito de interesses; trata-se afinal de uma verdadeira escolha de identificação, de adesão ao colectivo que se apresente como mais naturalmente atractivo e mais facilmente permeável.

⁶ Uma das povoações da zona, a sede da freguesia de Fajão, é um exemplo desta afirmação: todas as ruas são identificadas com o nome de um natural da terra, cuja qualidade de regionalista é expressamente inscrita na placa toponímica.

⁷ Numerosos exemplos se poderiam citar, mas talvez seja suficiente, como ilustração expressiva, o facto de a realização do piquenique anual de cinco aldeias (Vila Nova do Ceira/Costa de Góis), realizado no grande parque florestal dos arredores de Lisboa, ser precedido pela cerimónia do hastear da bandeira portuguesa e da bandeira da colectividade, ao som do hino nacional.

Conterrâneo é, em Portugal, possuidor de maior potencial agregador do que *compatriota*; e a motivação participativa cresce tanto mais quanto mais pequeno for o raio efectivo da sua capacidade de intervenção na sociedade e nas suas instituições.

Cúpula de todas as ideias agregadoras e unificadoras, aplicável aos movimentos de menor dimensão e expressão, como às redes federativas concelhias ou distritais, o regionalismo é um ideal omnipresente, simultaneamente causa e consequência de todos os esforços conducentes à construção da unidade, à definição e identificação e ao reforço da solidariedade, individual e colectiva, entre o conjunto de micropátrias distintas constituído pelas gentes da serra.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge
1983 *Portugal Romano*, Lisboa, Editorial Verbo, 3.ª ed., 273 pp.
- BARBICHON, Guy
1980 «Provinciaux et Provinces à Paris. Propositions pour l'Analyse», in *Ethnologie Française*, nova série, t. 10, n.º 2 (Abril-Junho), pp. 119-128.
- CHODKIEWICZ, Jean-Luc
1978 «L'Aubrac à Paris. Écologie Culturelle d'une Migration Paysanne», in *L'Aubrac*, t. IV, Paris, CNRS, 468 pp.
- COLLOMB, Gérard
1980 «Nouveaux Citadins ou Ruraux Émigrés?», in *Ethnologie Française*, nova série, t. 10, n.º 2 (Abril-Junho), pp. 185-190.
- GEORGE, Joelyne
1986 «Les Varois de Paris. Évolution et Fonctions des Associations d'Originaires. Un exemple provençal (1880-1980)», in *Ethnologie Française*, nova série, t. 16, n.º 2 (Abril-Junho), pp. 191-207.
- KEIL DO AMARAL, Francisco, LOBO, José Huertas, e MALATO, João José
1980 «Beiras» (zona 3)», in *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, ed. da Associação dos Arquitectos Portugueses, pp. 217-335.
- OLIVEIRA, António, VELOSO, António, e PRATAS, Fernando
1983 *Região Centro em Mapas e Números*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 84 pp.
- PEREIRA, Joaquim Dias (dir.)
1947 *Região das Beiras*, publicação regionalista, número dedicado às Beiras e às agremiações regionalistas beiroas na capital, Lisboa, 58 pp.
- PICÃO, José da Silva
1947 *Através dos Campos, Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos* (concelho de Elvas), Lisboa, Neogravura, L.ª, XX, 1, 369, 7 pp., 28 est.
- REDOL, Alves
1938 *Gaibéus*, Lisboa, ed. do autor, 138 pp.
1942 *Avieiros*, Lisboa, Livraria Portugalíã, 305 pp.
- RIBEIRO, Orlando
1941 «Contribuição para o estudo da pastorícia na serra da Estrela», in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, vol. II, pp. 213-303.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz
1983 «Regresso imaginado», in *Nação e Defesa*, Lisboa, n.º 29 (Dezembro), pp. 87-97.
1986-a «Migrações internas», in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, Lisboa, Alfa, n.º 176, pp. 470-471.
1986-b «Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência», in *Análise Social*, Lisboa, vol. XXII, n.º 91, 1986, pp. 313-330.
- Sociedade de Melhoramentos da Freguesia de Pomares
1970 *Comemorações do I Cinquentenário. I Encontro das Colectividades Regionalistas da Freguesia*, Lisboa, Sociedade de Melhoramentos da Freguesia de Pomares, 78 pp.

OBRAS DE REFERÊNCIA

- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 14, Lisboa, Verbo, 1973, p. 1464.
Enciclopédia Universal Ilustrada, t. 42, s. l., Espasa Calpe, 1920, p. 810.
Encyclopaedia Universalis, 2.^a ed., vol. II, Paris, ed. do autor, 1980, pp. 566-577.
Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XIX, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, 1970, p. 980.
Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Eduardo Faria, Lisboa, Typographia Universal, 1853, vol. 4, pp. 74 e 124.